

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.147 - MG (2019/0039882-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ONIX EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ EDITIS DAVID - MG032921
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : MUNICIPIO DE DELFINOPOLIS
ADVOGADOS : HUDSON DE OLIVEIRA CAMBRAIA - MG124665
OTTO TOGEIRO FERREIRA RAMOS - MG115686
CINTHIA DE OLIVEIRA BARBOSA E OUTRO(S) - MG124910
PEDRO ANTONIO SOARES DA SILVEIRA - MG019486
ANDRE LEONARDO PRADO COURA - MG130306
NOELLE CARVALHO DEL GIUDICE - MG096174
RAPHAEL MOREIRA MAIA - MG113843
VINICIUS DE ARAUJO AYALA - MG102817
INTERES. : CEZAR DONIZETE DE MATOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : UNIÃO
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ONIX EMPREENDIMENTOS LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ONIX EMPREENDIMENTOS LTDA, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, ficou-se inerte (fl. 781). Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente